UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2021

AS CARTAS DE ALFORRIAS: MULHERES E RESISTÊNCIA NA BAHIA NO PERÍODO OITOCENTISTA 1800-1810

Tainara Margarida Rodrigues Moraes[1]; Adriana Dantas Reis[2]
1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: tairmoraes@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: adreis@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Resistência; Alforrias.

INTRODUÇÃO

Alforria vem do árabe *Al-hurruâ* e significa liberdade do cativeiro, concedida ao escravizado (FARIAS, 2004, p.79). Por toda América escravagista, ocorreram as chamadas alforrias ou manumissões, uma ação judicial onerosa ou gratuita concedida a/ao escravizada/o. Portanto, representava liberdade conquistada pela/o escravizada/o ou por terceiros. Esta conquista era legitimada por um documento chamado de carta de alforria ou carta de liberdade dependendo da localidade e época, registrada em livros de nota dos cartórios, ou escrituras públicas, pois "muitas alforrias era um verdadeiro negócio envolvendo dinheiro, prestação de serviços, contratos de compra, troca e condições, fazendo-se necessário o seu registro" (SILVA, 2013, p.48). Como também podia ser outorgada em manumissão em testamentos *post-mortem* ou as alforrias nas pias batismais. Existiam casos, em que a alforria era concedida sob alguma condição, como servir o/a senhor/a até sua morte, ou ações destinadas as/aos escravizadas/os após a morte do seu/sua senhor/a, pagar um missa por exemplo, existiam casos, até que as/os escravizadas/os deveriam servir as próximas gerações de seu/sua senhor/a. Para Maria Inês Oliveira (1988), as manumissões eram utilizadas pelos/as senhores/as como forma de controle, um recurso pedagógico para estimular a obediência das/os escravizadas/os. Visto que, sendo elas onerosas ou gratuitas, em sua grande maioria é comum encontrar *"pelos bons serviços prestados", "por amor", "por ter criado como se fosse filho", "pela fidelidade"*. A fim de extrair da/o escravizada/o seu melhor serviço.

Sobre as cartas de alforria, os estudos de Schwartz e Mattoso indicam uma superioridade de mulheres alforriadas na Bahia. E a historiografia confirma esse padrão de uma porcentagem maior para mulheres alforriadas do que homens alforriados, mesmo havendo um desequilíbrio populacional no Brasil. Segundo Ligia Bellini (1988) "trata-se, na realidade, de jogos singulares de poder e sedução favorecidos por situações que muitas vezes envolvem diretamente os corpos do senhor e dos escravos" e por isso as mulheres tinham certa "vantagem", pois elas eram quem em sua maioria preparavam a comida de seus donos/as, cuidavam e amamentavam as crianças brancas, e até as relações sexuais que acabavam gerando filhos ilegítimos.

Este trabalho, busca analisar as cartas de alforrias na Bahia oitocentista como forma de resistências e estratégias das mulheres negras contra o sistema escravagista, a fim de almejar a liberdade[1]. Portanto, apoiou-se no campo historiográfico da história social da escravidão, buscando compreender as relações escravistas a partir da análise de gênero, como propôs Adriana Reis (2017), ao pensar no conceito de gênero como uma categoria útil para entender a escravidão no Brasil, numa perspectiva interseccional com outros conceitos, como o de cor/raça, de classe/condição, entre outros.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

A fonte usada na pesquisa consiste em um Banco de Dados, organizado por Tamires Alves (2016), durante a realização de outro projeto da professora Adriana Dantas "Libertos na Bahia: gênero, cor e mobilidade social". O Banco de dados contém trezentos e noventa e quatro alforrias entre o período de 1800 a 1810 registrado na seção judiciária, nos Livros de Notas ou Escrituras Públicas do Arquivo Público da Bahia (APEB). Através de uma análise quantitativa, analisei as alforrias concedidas a mulheres e/ou ações movidas por elas para a obtenção de sua liberdade e de terceiros, que na maioria das vezes eram filhos, companheiros, familiares, etc.

Um estudo minucioso dessas alforrias, nos fornecem informações importantes para a atuação dessas mulheres durante o período analisado. Consiste em uma resistência pacifica, mas que analisando em outra perspectiva, pode-se perceber esperteza e criatividade para livra-se do cativeiro. Portanto, interessa aqui, a compreensão por meio das cartas de alforrias como as mulheres construíram estratégias para a conquista da liberdade.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Já está consolidado na historiografia que, por todo o Brasil, a participação feminina pela liberdade fora efetiva. Conforme Adriana Dantas (2012, p.24) "mesmo em uma sociedade escravista fortemente marcada pela hierarquia de gênero, nem sempre os resultados das relações de poder foi apenas negativo para as mulheres". Para a autora, as mulheres nas mesmas condições em relação aos homens, além de se destacarem nas alforrias, as libertas se destacavam na quantidade de bens, "na Bahia [...] entre os fins do século XVIII e primeira década do XIX, muitas mulheres livres de cor e libertas governaram escravos e administraram negócios (REIS, 2012, p24)" adquirindo uma mobilidade social.

Ressaltando que no quadro geral de habitantes escravizados havia "uma desproporção entre os sexos: maioria masculina, preferida, e uma minoria feminina necessária". (NASCIMENTO, 2010, p3). Torna-se relevante, na maioria dos casos essas alforrias serem concedidas a mulheres. Katia Mattoso sobre as tendencias e padrões dos preços de alforrias na Bahia entre 1819 e 1888 observou que o valor das escravizadas adultas equivalia a 78% do valor de um escravizado adulto, constatando que "os preços das mulheres aumentaram mais rapidamente que os dos homens, e os preços médios de crianças do sexo feminino eram em geral semelhantes e às vezes maiores de que os de

[1] Houve mudanças no plano de trabalho, inicialmente tratava-se de uma pesquisa sobre todos os tipos de resistências das mulheres negras durante o período colonial. Contudo, em virtude da impossibilidade de pesquisa na APEB, foi feito um recorte maior viabilizando as resistências através das cartas de alforrias.

crianças do sexo masculino" (MATTOSO, 1988, p.70). E conforme argumenta Isabel Cristina Reis (2012, p. 179) acumular pecúlio era muito difícil, visto que, demandava muitos anos de trabalhos, o cativo teria que alcançar "uma renda superior à exigida por seu proprietário no seu dia a dia de trabalho, o que não era pouco", assim, uma das soluções era trabalhar quase sem folga.

Por isso, analisar essas estratégias de resistência contra o cativeiro pelas mulheres, que soube seduzir, "tornar-se cumplice dos senhores, aproveitando das oportunidades e locomovendo-se taticamente no sentido de tornar-se a sua vida melhor possível. (BELLINI, 1988, p. 74), demonstra outra visão das cartas de liberdades, que por muito tempo se pensava que eram apenas favoráveis para os Senhores, pois se tratava de escravizadas/os improdutivos.

Diante da análise das cartas de alforrias contidas no Banco de Dados, chegamos aos seguintes resultados, das trezentas e noventa e quatro alforrias totais, cento e setenta e nove tratava-se de mulheres adultas, que tiveram maiores chances na aquisição das manumissões. Seguida de cinquenta e cinco crianças do sexo feminino, e apenas cinco classificadas como "velha" ou idosa, e para somar este quadro, quarenta e uma cartas destinadas ao sexo feminino, não tinha informações em relação à faixa etária. Tendo um total de duzentos e oitenta mulheres alforriadas.

Destacam-se vinte e cinco cartas de liberdade destinadas a crianças do sexo masculino, mas com ação movida pela sua mãe, como é o caso de Furtuoso, em que sua mãe pagou noventa e seis mil reis pela sua liberdade, o Senhor diz que recebeu da mãe em diversas parcelas que somam a quantia de quarenta e oito trezentos e vinte ao fazer da carta e quarenta e sete mil seiscentos e oitenta reis que somam a referida quantia de noventa e seis mil réis. E outros poucos casos, pelo qual a alforria da criança foi paga por terceiros, padrinho ou madrinha, como é o caso de Luís, criança de nove meses que teve sua liberdade mediante pagamento feito pela sua madrinha. Mas em sua grande maioria, a criança foi alforriada gratuitamente devido aos *"bons serviços prestados pela mãe*", como Manoel, criança de sete anos que teve sua alforria gratuitamente por conta dos *"bons serviços"* de sua mãe, prestados a seu senhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Entre outras considerações, percebemos que enquanto a maioria da população escravizada na Bahia era composta por homens, as alforrias eram, em sua grande maioria, concedidas às mulheres. E estas por sua vez, também se destacaram na compra de alforrias de seus filhos, demostrando que, a resistência escrava não era apenas as ações explicitas de revoltas como as fugas para os quilombos, roubos, assassinatos, não realização do trabalho, entre outros, mas também, no comportamento, como criar laços e lealdade com seu senhor a fim de adquirir sua liberdade ou laços de apadrinhamento com pessoas libertas. Trata-se de explorar a cumplicidade, a esperteza, a criatividade por essas escravizadas, visando à libertação do cativeiro.

O acúmulo de pecúlio para alforriar-se a si e sua prole e familiares, por parte dessas escravizadas demonstra tamanha resistência contra as adversidades da escravização, como também as redes de solidariedade por elas criadas, por exemplo, dar seu filho/a para um/a liberto/a apadrinhar, no mínimo, elas pensavam na possibilidade de eles serem alforriados por seus padrinhos/madrinhas e, é o que acontece em muitos

casos. Cowling (2012, p. 216) endossa que as "mulheres sempre se destacaram na luta pela manumissão de seus filhos, seja poupando dinheiro para libertá-los, seja reivindicando a liberdade deles por intermédio de processos legais nos tribunais".

REFERÊNCIAS

ALVES, Tamires da Silva. **FAZER-SE LIBERTA: alforrias na Bahia na primeira década oitocentista.** Dissertação de Graduação, História, UEFS. Feira de Santana, 2016.

BELLINI, Ligia. **Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria.** In: Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, p. 73-86, 1988.

COWLING, Camillia. **O fundo de emancipação "Livro de Ouro" e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880**. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, p. 214-227, 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Q. et al. **Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia. 1819-1888**. In: REIS, João José. Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, p. 60-72, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **"A propósito de cartas de alforria – Bahia, 1779-1850"**. In: Anais de História. IV: 23-52, 1972

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **No agreste das mulheres: a alforria no quotidiano da escravidão feminina (Feira de Santana, 1850-1888)**. Histórica–Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 42, p. 1-10, 2010.

REIS, Adriana Dantas. Gênero: uma categoria útil para a história da escravidão no Brasil. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 6, n. 2, p. 11-28, 2017.

REIS, Adriana Dantas. **Mulheres "Afro-Ascendentes" na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830).** In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, p. 24-34, 2012.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista.** In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, p. 172-185, 2012.

OLIVEIRA, Maria Ines Cortes de**. O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790-1890.** São Paulo, SP: Corrupio, 1988.

FARIA, Sheila SC. **Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850).** 2004. Tese de Doutorado. Thèse: Histoire: UFF: Niterói.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

SILVA, Mauricélia Medeiros. Cartas de alforria, a luz da liberdade: "Concedo a liberdade com a condição de me servir...". **História e Diversidade**, Cáceres, v. 2, 2013.